

PO ISE: apresentação

O Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) visa, em concertação com a Estratégia Europa 2020, e a par da execução das políticas públicas, contribuir para um **crescimento inteligente, sustentável e inclusivo** e para a coesão económica, social e territorial, através da promoção de uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e a exclusão social.

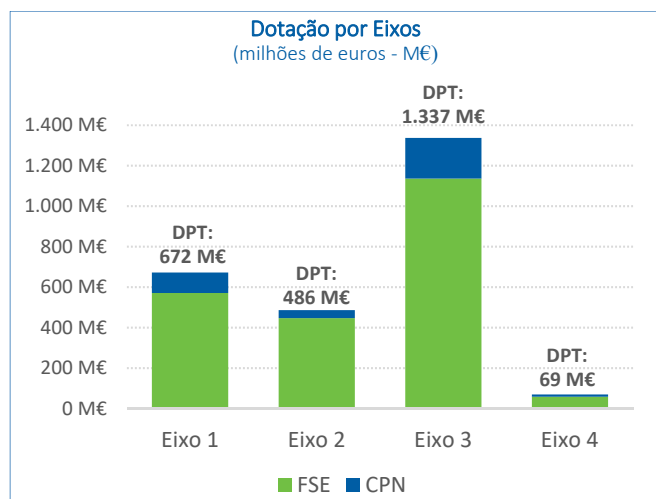
Em estreita articulação e complementaridade com os restantes programas operacionais temáticos e regionais, o PO ISE prossegue os seguintes objetivos temáticos (OT):

- **OT 8** - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores;
- **OT 9** - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.

No âmbito da Estratégia Europa 2020, Portugal assumiu como meta nacional alcançar, até 2020, uma **taxa de emprego de 75%** entre a população dos 20 aos 64 anos, o que implica um crescimento de cerca de 9,4 p.p. Já no domínio do combate à pobreza, Portugal assumiu como meta nacional a **redução de, pelo menos, 200 mil pessoas** em situação de risco até 2020.

Em 2017, na sequência da decisão de reforçar a Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), foi apresentada uma proposta de reprogramação, a qual foi aprovada pela Decisão de Execução C (2017) 8860, de 2017/12/18.

O PO ISE mobiliza atualmente uma dotação pública total (DPT) de **2.564.601.118 €**: 1.990.055.116 € de Fundo Social Europeu (FSE); 223.359.804 € de dotação específica atribuída a Portugal no contexto da IEJ; e 351.886.198 € de contrapartida pública nacional. A dotação do PO ISE apresenta a seguinte distribuição por eixo:



O PO ISE estrutura-se em 4 grandes eixos prioritários, que agregam um conjunto de prioridades de investimento, as quais visam enquadrar a prossecução dos respetivos objetivos específicos, e que se traduzem num conjunto de 69 tipologias de operações.

O **Eixo 1 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego** visa integrar, de forma sustentada, desempregados e inativos no mercado de trabalho; aumentar a qualidade do emprego; melhorar a empregabilidade da população ativa; modernizar as instituições do mercado de trabalho; e melhorar a capacitação institucional dos Parceiros Sociais.

O **Eixo 2 – Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)** tem como objetivo aumentar a qualificação e integração sustentada no mercado de trabalho dos jovens que não estão em situação de emprego, ensino ou formação (jovens NEET), nomeadamente através do desenvolvimento de competências profissionais.

O **Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação** visa promover o desenvolvimento das competências de grupos potencialmente mais vulneráveis; reforçar a coesão social e a intervenção social com base na relevância e promoção do voluntariado; promover a igualdade de oportunidades e de género, a inclusão de comunidades marginalizadas e o combate às discriminações; alargar a oferta de serviços sociais e de saúde; e promover o empreendedorismo e a inovação social.

O **Eixo 4 - Assistência Técnica** tem como objetivo garantir o necessário apoio à gestão, acompanhamento, avaliação e comunicação do Programa.



Os apoios a conceder no âmbito das 52 tipologias de operações previstas nos **Eixos 1, 3 e 4** do PO ISE são exclusivamente dirigidos às regiões de Portugal continental menos desenvolvidas da NUT II – **Norte, Centro e Alentejo**.

Por seu turno, nas 16 tipologias de operações do **Eixo 2**, que vigorarão durante o período de elegibilidade da IEJ, a intervenção do PO ISE é alargada a todas as categorias de regiões do território português (**cinco regiões de Portugal continental e duas Regiões Autónomas**), atenta a elevada taxa de desemprego jovem registada (igual ou superior a 25%).

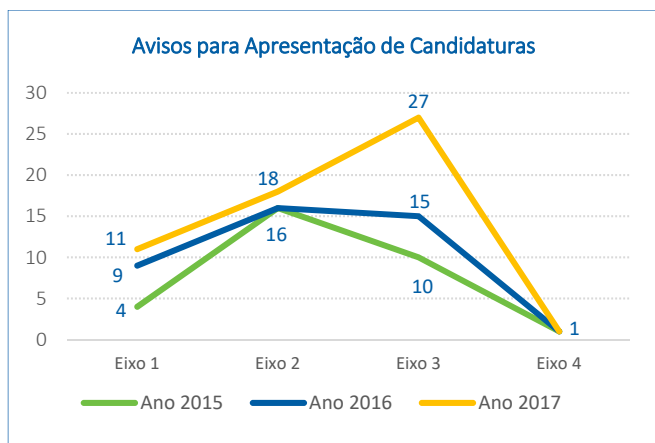




Síntese da execução global

Até ao final de 2017, foram lançados 57 avisos para apresentação de candidaturas (2 lançados em contínuo e 55 em períodos de tempo predefinidos).

Os concursos/convites referem-se a 44 das 69 tipologias de operações do Programa (8 no Eixo 1, 16 do Eixo 2, 19 do Eixo 3 e 1 do Eixo 4), envolvendo uma dotação financeira indicativa de 1.362 M€/DPT (1.183 M€/FSE), que representa cerca de 53% da dotação total do Programa.



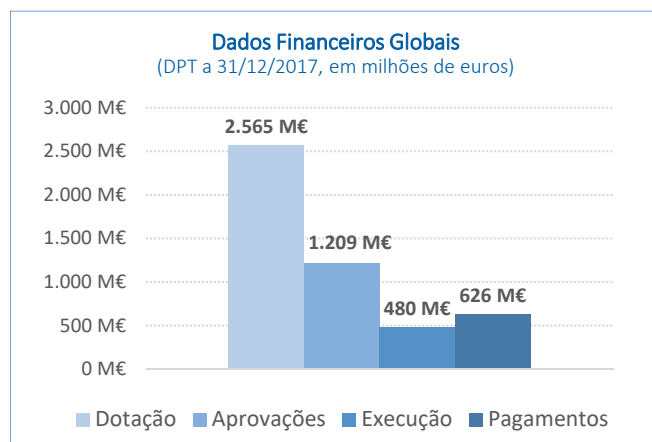
Até ao final de 2017, foram submetidas 6.777 candidaturas, as quais traduziram, no seu conjunto, um custo total solicitado de 3.219 M€. A AG do PO ISE aprovou 1.535 candidaturas que representam 1.209 M€/DPT (1.057 M€/FSE).

Em termos de execução financeira, regista-se que, à data de reporte deste relatório, **532 operações** (18 no Eixo 1; 146 no Eixo 2, 365 no Eixo 3; e 3 no Eixo 4) detinham despesa aprovada no montante de **480 M€/DPT (427 M€/FSE)**.

Ainda não foi possível o lançamento de aviso para apresentação de candidatura no âmbito da única tipologia de operações que assume a configuração de Instrumento Financeiro (IF), designada por “Fundo para a Inovação Social (FIS), pelo que não se registaram aprovações nem execução.

Foram efetuados pagamentos aos beneficiários, correspondentes a adiantamentos e reembolsos, num montante de 606 M€/FSE.

O PO ISE regista, em termos globais, uma taxa de compromisso de 48%, uma taxa de execução de 19%, uma taxa de realização de 40% e uma taxa de pagamento de 57%.



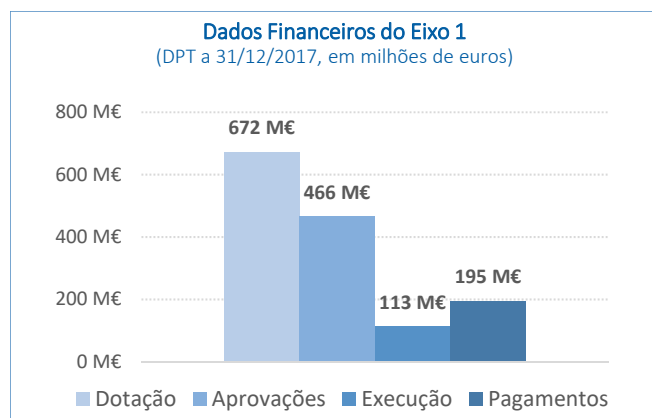
Síntese da execução por eixo

No **Eixo 1** foram lançados 11 concursos/convites para apresentação de candidaturas (4 em 2015, 5 em 2016 e 2 em 2017), envolvendo 8 tipologias e uma dotação financeira indicativa de 487 M€/DPT e 414 M€/FSE (72% do Eixo).

Ao abrigo destes concursos foram submetidas a financiamento 1.951 candidaturas, envolvendo um custo total solicitado de 972 M€. As 384 candidaturas aprovadas contabilizam 466 M€/DPT (396 M€/FSE) e enquadram-se em 7 tipologias de operações.

Em matéria de execução constata-se que foram aprovadas despesas no valor de 113 M€/DPT (96 M€/FSE) em 18 operações de “Estágios para adultos”, “Apoios à contratação para adultos”, “Estágios para jovens”, “Apoios à contratação para jovens” e “Reforço da capacitação institucional dos parceiros sociais com assento no CPCS”.

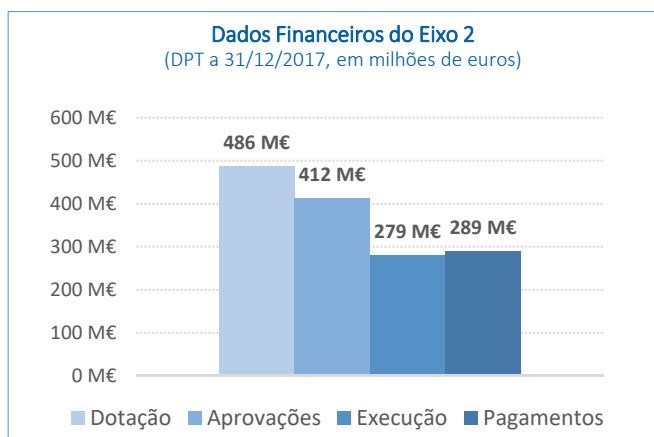
O valor dos pagamentos efetuados aos beneficiários ascende a 193 M€/FSE, sendo que 156 M€/FSE correspondem a adiantamentos e 37 M€/FSE a reembolsos de despesas elegíveis.



No **Eixo 2** foram lançados concursos/convites para as 16 tipologias de operações e foram submetidas 392 candidaturas, envolvendo um custo total solicitado de 686 M€, sendo que 352 foram aprovadas, com um valor de 422 M€/DPT (389 M€/FSE).

Em matéria de execução, regista-se a aprovação de despesas no valor de **279 M€/DPT** (256 M€/FSE), associadas a **146 operações** enquadradas nas tipologias de “Estágios IEJ”, “PEPAL”, “PEPAC Missões”, “Inov Contacto”, “Apoios à contratação IEJ”, “Estagiar T” e “Estágios Madeira”.

O valor dos pagamentos efetuados aos beneficiários ascende a 289 M€/FSE, sendo que 164 M€/FSE correspondem a adiantamentos e 125 M€/FSE a reembolsos de despesas elegíveis.

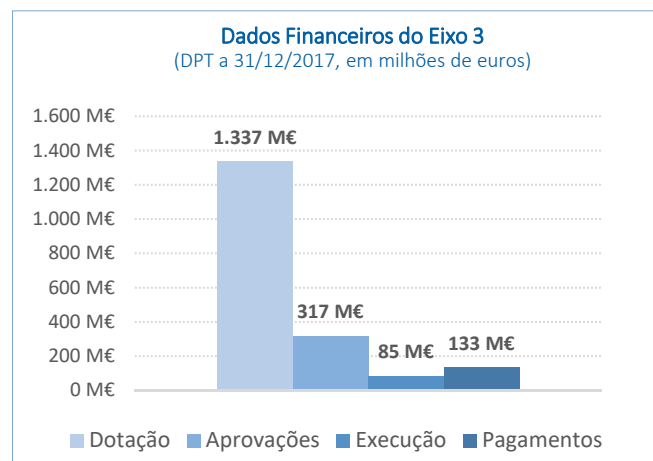


No **Eixo 3** foram lançados 27 concursos (10 em 2015, 5 em 2016 e 12 em 2017), envolvendo uma dotação financeira indicativa de 451 M€/DPT (383 M€/FSE), que representa 34% do eixo.

No âmbito destes concursos foram submetidas 4.428 candidaturas, envolvendo um custo total solicitado de 1.546 M€. As 795 candidaturas aprovadas contabilizam 317 M€/DPT (269 M€/FSE) e enquadram-se em 15 tipologias.

Em matéria de execução, regista-se a aprovação de despesas no valor de **85 M€/DPT** (72 M€/FSE), associadas a **365 operações** desenvolvidas no âmbito da “Qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade”; “Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)”; “Programa Escolhas”; Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos; “Rede local de intervenção social; “Centros nacionais de apoio ao imigrante”; “Programa de parcerias para o impacto” e “Capacitação institucional dos parceiros da economia social membros do CNES”.

O valor dos pagamentos efetuados aos beneficiários ascende a 116 M€/FSE, sendo que 81 M€/FSE correspondem a adiantamentos e 35 M€/FSE a reembolsos de despesas elegíveis.

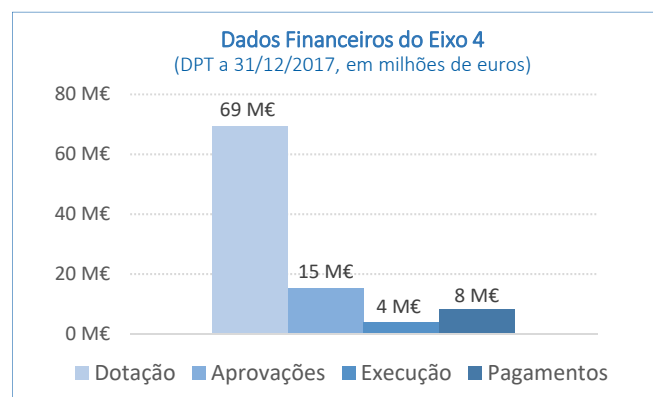


No **Eixo 4** foi lançado um concurso em contínuo, pelo que a dotação financeira indicativa corresponde à dotação total da tipologia de operações (69 M€/DPT).

Foram submetidas a financiamento 6 candidaturas, 2 tituladas pela Secretaria Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (SG-MTSSS), que assegura os custos de funcionamento da Autoridade de Gestão (AG), 1 pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C), que assegura os custos de funcionamento da EMPIS e por 3 pelos Organismos Intermédios (CIG, IEFP e ISS). As candidaturas somaram um custo solicitado de 15 M€.

Até ao final de 2017 foram aprovadas 5 candidaturas, contabilizando um total de 15 M€/DPT (13 M€/FSE), sendo que **3** delas (SG-MTSSS; CIG e IEFP) detêm execução financeira aprovada que ascende a **4 M€/DPT** (3 M€/FSE).

O valor dos pagamentos efetuados ascende a 8 M€/FSE, sendo que 5 M€/FSE foram adiantamentos e 3 M€/FSE a reembolsos de despesas elegíveis.





Resultados alcançados

No âmbito das 18 operações executadas no **Eixo 1** apuraram-se os seguintes indicadores de realização e de resultado:

- ✓ 12.848 participantes beneficiários de estágios profissionais, sendo 2.044 adultos desempregados (44% da meta para 2023) e 10.804 jovens desempregados (87% da meta para 2018 e 39% da meta para 2023);
- ✓ 20.723 participantes beneficiários de apoios à contratação, sendo 10.286 adultos desempregados (41% da meta para 2023) e 10.437 jovens desempregados (63% da meta para 2023);
- ✓ 14% dos participantes apoiados são desempregados de longa duração, 57% são mulheres e 66% têm habilitações inferiores ao ensino superior;
- ✓ 57% dos participantes que terminaram a sua participação conseguiram emprego, incluindo uma atividade por conta própria, nas 4 semanas subsequentes ao término da sua participação;
- ✓ 6 projetos apoiados de capacitação institucional dos parceiros sociais com assento no CPCS.

Nas 146 operações executadas no **Eixo 2** apuraram-se os seguintes indicadores de realização e de resultado:

- ✓ 37.473 jovens NEET beneficiaram de estágios profissionais (87% da meta para 2018);
- ✓ 13.799 jovens NEET beneficiaram de apoios à contratação (42% da meta para 2018);
- ✓ 8% dos participantes apoiados são desempregados de longa duração, 57% são mulheres e 50% têm habilitações inferiores ao ensino superior;
- ✓ 86% dos jovens que terminaram a sua participação chegaram ao fim da intervenção apoiada pela IEJ;
- ✓ 60% dos participantes que chegaram ao fim da intervenção apoiada pela IEJ conseguiram emprego, nas 4 semanas subsequentes ao término da sua participação, elevando-se este indicador para 74% quando aferido 6 meses depois de terminada a participação.

Nas 365 operações executadas no **Eixo 3** registaram-se os seguintes indicadores de realização e de resultado:

- ✓ 7.444 participantes com deficiência ou incapacidade em ações de reabilitação profissional (31% da meta para 2018 e 19% da meta para 2023);
- ✓ 99% dos participantes são desempregados ou inativos e têm habilitações inferiores ao ensino superior;
- ✓ 6% dos participantes que terminaram a sua participação conseguiram emprego, nas 4 semanas subsequentes ao término da sua participação;

- ✓ 70 projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde;
- ✓ 8 projetos apoiados de capacitação institucional dos parceiros do CNES.



Desafios e medidas adotadas

O PO ISE tem uma constituição programática muito densa, integrando um total de 69 tipologias agrupadas em 4 eixos, os quais acomodam ações e apoios de natureza bastante diversificada, muitos deles inovadores face ao ciclo de programação anterior.

O arranque da execução foi condicionado por inúmeros factos de carácter transversal, destacando-se: a aprovação do PO ISE em dezembro de 2014, que fez protelar para 2015 o início da sua implementação e a organização da AG; a aprovação da legislação específica do domínio da inclusão social e emprego no final do 1.º trimestre de 2015; o desenvolvimento do SI em função das prioridades estabelecidas pelas várias AG, em simultâneo com a abertura dos primeiros concursos/convites do PO ISE; e o processo de Designação da AG concluído em outubro de 2015, que se revelou mais complexo do que o expectável, face à sua natureza inovadora.

As regras inovadoras do ciclo de programação impuseram novas dinâmicas e formas de funcionamento dos sistemas de gestão e controlo, exigindo uma adaptação das práticas de trabalho adotadas nos ciclos de programação anteriores e uma maior afetação de recursos por parte da AG, que tem uma dotação de recursos humanos muito limitada.

As novidades e exigências do atual ciclo de programação, aliadas à insuficiência de recursos humanos, criaram acrescidas dificuldades no desenvolvimento do SI, bem como no processo de adaptação da AG e dos beneficiários, constituindo o fator determinante dos atrasos verificados na execução do PO ISE.

A execução do PO ficou ainda condicionada pela indefinição e/ou inexistência de regulamentação específica para alguns instrumentos de política pública apoiados em diversas tipologias dos Eixos 1 e 3, que impediram o lançamento de convites ou concursos. Destacam-se, a título de exemplo, no Eixo 1, as tipologias “Programa de incentivo à empregabilidade parcial de pais” e “Qualificação de trabalhadores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais” e, no Eixo 3, as tipologias “Qualificação de apoio institucional a crianças e jovens”, “Rede de cuidados de proximidade” e “Cuidados especializados”.

Com vista a ultrapassar estes desafios, que afetam de forma transversal todo o PO, a AG adotou as seguintes **medidas**:

- Articulação estreita com a AD&C, a Autoridade de Auditoria e a CE, no sentido de assegurar a confiança do sistema de gestão e controlo;
- Promoção de reuniões conjuntas com outras AG, com vista à partilha de práticas e à definição harmonizada de procedimentos;
- Aquisição de novos conhecimentos em determinados domínios técnicos, através da contratação de serviços de formação especializada, designadamente no âmbito da gestão do risco, da auditoria de supervisão e da contratação pública;
- Contratação de serviços externos com vista a minorar a insuficiência de recursos humanos próprios;
- Promoção de sessões públicas de esclarecimentos com vista a apoiar os beneficiários na instrução das suas candidaturas e na apresentação da informação relativa à informação física e financeira;
- Emissão de orientações e guias, a fim de clarificar procedimentos inerentes a certas áreas chave, informar e prevenir a ocorrência de irregularidades na fase de execução das operações e prestar informação sobre o funcionamento do SI;
- Articulação direta com os organismos setoriais responsáveis pela implementação dos instrumentos de política pública e respetivas tutelas, sensibilizando para a necessidade de se estabilizar a natureza das ações e apoios a atribuir, participando em reuniões conjuntas e emitindo contributos para a elaboração dos próprios diplomas reguladores da política pública;
- Preparação do segundo exercício de reprogramação do PO, atualmente em curso, com vista a potenciar uma maior concentração dos apoios, uma maior eficácia das políticas públicas e um acrescido enfoque no cumprimento dos compromissos assumidos.



Soluções

Para além das medidas referidas a AG considera fundamental reforçar a sua dotação de recursos humanos, com o intuito de a tornar mais ajustada às especificidades e desafios que se colocam, bem como equacionar uma revisão regulamentar que possibilite objetivar e simplificar determinadas regras instituídas e a carga burocrática que incide, em particular, sobre as verificações de gestão, o princípio de orientação para os resultados e a matéria da gestão do risco, designadamente de fraude.

Entende-se igualmente pertinente promover condições para a implementação de novas metodologias de custos simplificados.



Divulgação do Relatório Anual de Execução 2017

Informação mais completa sobre o relatório estará disponível no *site* do PO ISE, em <http://poise.portugal2020.pt>, e no portal Portugal 2020, em www.portugal2020.pt.



Nota final

Uma nota final para destacar que os resultados alcançados pelo PO ISE foram conseguidos com a dedicação de uma equipa muito empenhada que, em estreita articulação com os mais variados *stakeholders*, desenvolve um trabalho intenso que permite materializar, cada vez mais, o lema escolhido para o PO ISE:

Acreditamos no valor das pessoas!

Lista de Siglas

ACSS, I.P.		Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
AD&C		Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.
AG		Autoridade de Gestão
CIG		Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CLDS		Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CNES		Conselho Nacional para a Economia Social
CPCS		Comissão Permanente de Concertação Social
DPT		Despesa Pública Total
EMPIS		Estrutura de Missão Portugal Inovação Social
FIS		Fundo de Inovação Social
FSE		Fundo Social Europeu
IEFP, I.P.		Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
IEJ		Iniciativa Emprego Jovem
IF		Instrumento Financeiro
ISS, I.P.		Instituto da Segurança Social, I.P.
NEET		Jovens que não têm emprego, não estudam e não estão em formação
OT		Objetivo Temático
PEPAC		Programa de Estágios Profissionais da Administração Pública Central
PEPAL		Programa de Estágios Profissionais na Administração Local
PO		Programa Operacional
PO ISE		Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
RLIS		Rede Local de Intervenção Social
SG-MTSSS		Secretaria Geral do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social